



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 790, DE 2019

Altera o art. 12-A da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estender a outros espaços de acesso público a obrigação contida no dispositivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica o art. 12-A da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que *“estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”*, com o intuito de ampliar o rol de estabelecimentos obrigados a fornecer carros e cadeiras de rodas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 2º O art. 12-A da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-A. É direito da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida ter à sua disposição, gratuitamente, carrinho ou cadeira de rodas, motorizados ou não, em centros comerciais ou estabelecimentos congêneres, assim como em qualquer grande edificação na qual se dê a prestação de serviço público.

Parágrafo único. É dever de quem administra o espaço físico, ente público ou privado, garantir aos beneficiários o exercício do direito previsto no caput, cabendo-lhe sinalizar área de fácil acesso reservada à entrega do equipamento de ajuda requerido.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sala da Comissão, em 26 de junho de 2019.

Deputado GILBERTO NASCIMENTO
Presidente